

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL I**

FABIANO TEODORO DE REZENDE LARA

GUSTAVO ASSED FERREIRA

SUSANA CAMARGO VIEIRA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito, economia e desenvolvimento sustentável I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara;
coordenadores: Fabiano Teodoro de Rezende Lara, Gustavo Assed Ferreira, Susana Camargo Vieira – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-119-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Economia. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I

Apresentação

Este Grupo de Trabalho, que em 12 de novembro de 2015 reuniu pesquisadores de todo o país para discutir Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, não poderia ter se reunido em ocasião mais simbólica. Uma semana antes, no dia 5 de novembro, acontecera a tragédia do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que resultou em perda de vidas humanas, de histórias de vida, de cultura, de meios de subsistência, lares, dentre outros bens. E afetou populações, economia e meio ambiente de, até agora, dois estados da federação, além de (segundo muitos) assassinar o Rio Doce, riquíssimo em biodiversidade e muito importante para a economia dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. E foi lembrando isso que iniciamos nossos trabalhos.

Estávamos também a pouco mais de um mês da data em que o mundo se reuniria novamente, em Paris, para discutir (e pode ser nossa última chance) como lidar com o problema das mudanças climáticas, cujos efeitos vêm sendo sentidos por todos, em todos os continentes. Nesse sentido, lembramos aos participantes que, no campo jurídico, Comitês Internacionais da International Law Association (importantes por reunirem estudiosos do direito e das relações internacionais de todos os continentes e vertentes político-jurídicas) vêm publicando obras e relatórios importantes sobre dano ambiental, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social das empresas no contexto do desenvolvimento sustentável, e, mais recentemente, sobre a gestão e o uso de recursos naturais internacionais em/por Estados nacionais. Lembramos também de um projeto internacional (Earth System Governance) nascido em uma universidade (Universidade das Nações Unidas em Bonn) e que, hoje sob o guarda-chuva da Future Earth (que reúne as principais instituições nacionais e internacionais financiadoras de pesquisa sobre o assunto), vem discutindo experiências de governança, local e global, para prevenir/conviver/mitigar/adaptar planeta e sociedade na batalha contra os efeitos das mudanças climáticas. Há que sensibilizar para os problemas e engajar na busca de alternativas/soluções, jovens - cujo futuro está ameaçado... E isso exige uma mudança fundamental de mentalidade, para a qual o CONPEDI, com sua característica única de fazer conversar "todos os sotaques" dos diferentes estados e regiões brasileiros, está em posição de contribuir muito.

Foram 27 trabalhos selecionados em processo de avaliação cega, apresentados e discutidos em um clima de coleguismo e compartilhamento que não poderia ter sido mais agradável. Os

"sotaques" se ouviram, valorizaram, respeitaram e foram respeitados e valorizados. Foi certamente um longo dia, ao final do qual estávamos, todos (e ainda éramos muitos!), exaustos mas felizes. Saímos de lá, todos, com novas ideias e perspectivas. Convivemos com a diversidade, e dela aprendemos. Esperamos que este livro - resultado de tantos esforços - possa contribuir como se espera; que seja lido, replicado e as experiências multiplicadas. Agradecemos, a todos os que apresentaram trabalhos mas também a tantos que lá estiveram apenas para ouvi-los, a presença, a atenção, o interesse. E esperamos vê-los em Brasília em seis meses!

EVOLUÇÃO ECONÔMICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA
ECONOMIC DEVELOPMENTS AND INTERNATIONAL BRAZILIAN
INTEGRATION

Fernando Gustavo Knoerr
Marcella Gomes de Oliveira

Resumo

O presente artigo visa demonstrar a evolução da economia brasileira trazendo percepções acerca da formação econômica do Brasil, bem como noções acerca do desenvolvimento e igualdade sobre o processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina, juntamente com a sua inserção internacional como tema de política externa, ressaltando o período colonialista identificando o modelo como foram exploradas as produções de açúcar e café e suas proporções no cenário econômico, acerca da inserção internacional vale considerar a crise financeira global, a situação da segurança nacional pós-Guerra Fria e a estratégia dos Estados Unidos da América com relação da distribuição de poder no sistema internacional.

Palavras-chave: Economia brasileira, Formação econômica, Substituição de importações, Inserção internacional

Abstract/Resumen/Résumé

This present article intents to demonstrate the brazilian economic evolution bringing perceptions about the Brazils economic formation, it also brings notions about the development and equality regarding the process of importation substitution as a model of development of the Latin America, united with its international insertion as external politics theme, standing out the colonialist period, identifying the model as it were explored the productions of sugar and coffee and its proportions in the economic scenery, as for the international insertion its important to bring the financial global crisis, the situation of post Cold War national security and the strategy used by the United States of America about the distribution of power in the international system.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Brazilian economy, Economic formation, Importation substitution, International insertion

INTRODUÇÃO

É necessário fazer uma análise da colonização do Brasil em sua perspectiva econômica para entender a divergência que ocorre entre a América Latina e os países desenvolvidos, relevando os aspectos dessa colonização e importantes períodos como o de produção de açúcar e café para compreender a evolução do Brasil e a influência desses períodos, bem como as estratégias que foram utilizadas desde os primórdios que se mostraram essenciais para a compreensão do que ocorre com a economia brasileira e a esfera da América Latina.

Desta forma aparece o modelo de substituição de importações como forma de desenvolvimento da América Latina.

Trabalha-se, ainda, com a formação econômica brasileira e sua expansão comercial trazendo a figura da inserção internacional do Brasil e a evolução de seus cenários e perspectivas. Destaca-se a segurança nacional no período pós-Guerra Fria e a influência e estratégia dos Estados Unidos da América para a melhor compreensão da divergência no desenvolvimento dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

1. FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

A organização socioeconômica inicial do Brasil foi determinada pela escassez de mão-de-obra e também pelos baixos benefícios econômicos que o Brasil aparentava oferecer para Portugal, assim, no início tinha-se uma organização político-econômica descentralizada, caracterizando o comércio principalmente por estar em mãos de particulares, bem como a fundação dos primeiros povoados deixada a cargo dos donatários, indivíduos que recebiam concessões para terras a colonos, de forma a promoverem vários tipos de empresas comerciais¹, de acordo com Baer:

Assim, o princípio da colonização no Brasil “foi essencialmente um empreendimento comercial, combinado com aspectos de subgoverno privado”. Embora em meados do século XVI fosse indicado um governador-geral, instalado na cidade de Salvador para dirigir a colônia, o governo local foi mais forte até a última metade do século XVIII. Assim, “somente as

¹ BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009, p. 33.

principais linhas gerais da política a ser seguida eram formuladas na Europa e a implementação e a interpretação real eram deixadas a cargo dos governadores e conselhos municipais”. Estes últimos, por sua vez, eram dominados pelos donos de grandes propriedades rurais (fazendeiros) e de engenhos de açúcar (senhores de engenho), e o centro da vida social e econômica encontrava-se nas grandes plantações costeiras de açúcar.²

Frente à formação econômica do Brasil é importante mencionar sobre a expansão comercial à empresa agrícola, pois se refere à ocupação de terras americanas constituindo uma expansão comercial da Europa, ou seja, o comércio europeu teve um crescimento intenso a partir do século XI com um alto grau de desenvolvimento no século XV. Com a exploração de riquezas inapreciáveis por descobrir, a ocupação da América se mostra não apenas como um problema comercial, pois nele insurge importantes fatores políticos.³

A ocupação econômica do território brasileiro em seu início reflete uma consequência da pressão política realizada sobre Portugal e Espanha pelas outras nações europeias. Tal ocupação tinha como característica desviar recursos de empresas que tinham uma produtividade muito grande no Oriente, mas mirava o ouro existente no interior das terras do Brasil, pesando para a decisão de realizar um esforço significativo para que as terras americanas fossem conservadas pelos portugueses.⁴

Em relação à Espanha, esta cedeu à pressão dos demais invasores em relação às terras que eram suas pelo Tratado de Tordesilhas e para defender seu quinhão teve de reduzir seu perímetro, criando colônias de povoamento de pouca importância econômica (Cuba), para fins de abastecimento e defesa. O primeiro século da história americana possui seus traços de maior relevo relacionados a lutas em torno de terras de escassa ou nenhuma utilização econômica, desta forma Portugal e Espanha acreditam ter direito a novas terras em sua totalidade, porém tal direito é contestado pelas nações europeias que tinham uma expansão comercial mais rápida na época (França, Holanda e Inglaterra).⁵

² BAER, 2009, p. 33.

³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 25-26.

⁴ Ibid., p. 27.

⁵ Ibid., p. 27-28.

A Espanha então foca suas defesas no eixo produtor de metais preciosos (México – Peru), englobando a Flórida até a embocadura do rio da Prata, não sendo possível impedir seus inimigos de adentrarem no centro de suas linhas de defesa (Antilhas). Portugal de outra forma necessitava descobrir uma maneira de utilização econômica de suas terras que não a fácil exploração de metais preciosos, para, assim, cobrir os gastos de defesas.⁶

Desse modo, busca-se caracterizar o processo de crescimento e identificar os fatores de estagnação do Brasil, para Celso Furtado:

A qualificação de sistema de economia colonial que aqui damos, aplica-se àquele que não pode crescer senão por indução do crescimento de outro sistema, melhor ainda àquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento. Esta peculiaridade é consequência do fato de que a produção em uma economia colonial só chega a completar-se economicamente quando a mercadoria produzida é exportada. Uma economia colonial ou dependente poderia, sempre que se reunissem um cúmulo de circunstâncias favoráveis, alcançar em elevado nível de renda para sua população.⁷

O Brasil passou por mudanças socioeconômicas desde a Grande Depressão da década de 1930 e principalmente pela Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a sua economia que durante séculos era voltada para a exportação de uma pequena quantidade de produtos primários dominou-se por um setor industrial amplo e diversificado em um espaço de tempo relativamente curto.⁸

1.1 OS FATORES DO ÊXITO DA EMPRESA AGRÍCOLA

Os ciclos de produtos coloniais trazem a noção de um caráter meramente descritivo, tendo o mérito de sugerir que esgotada a potencialidade de um produto colonial, retoma-se o processo de desenvolvimento quase que no mesmo ponto de partida inicial, essa noção prevalece na maior parte dos estudos sobre o desenvolvimento da economia colonial, a população cresce, a área ocupada se

⁶ FURTADO, 2007, p. 28.

⁷ FURTADO, Celso. **A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Editôra a Noite, 1954, p. 15.

⁸ BAER, 2009, p. 25.

amplia, novas atividades são estabelecidas ao longo do território colonial, porém a estrutura socioeconômica permanece fundada em grande propriedade, monocultura e trabalho escravo⁹, desta forma:

[...] o sistema colonial é peça fundamental da acumulação primitiva – e o caráter do desenvolvimento da economia colonial – extensivo e predatório, sem qualquer manifestação de mudança estrutural ou progresso técnico.¹⁰

Uma série de fatores favoráveis fez com que fosse viável o êxito da primeira grande empresa colonial agrícola europeia. O açúcar foi uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu e fabricada em grande escala, permitindo o desenvolvimento da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros em Portugal, é importante mencionar que se não houvesse um considerável avanço técnico em Portugal desse setor, a empresa brasileira teria um êxito mais remoto ou até mais difícil.¹¹

A expansão do mercado do açúcar e sua grande dimensão na segunda metade do século XVI teve contribuição dos flamengos (particularmente a dos holandeses) pela relação de comércio que existia entre eles e Portugal, constituindo fundamentalmente o êxito da colonização brasileira, pois os holandeses eram os únicos que detinham uma organização comercial suficiente para que fosse criado um mercado de grandes dimensões para um produto considerado relativamente novo, como era o açúcar.¹²

Os holandeses contribuíram também para o financiamento da refinação e comercialização do açúcar, indicando que os capitais flamengos teriam participado da instauração das instalações produtivas localizadas no Brasil e também na importação da mão de obra escrava.¹³

Porém não era suficiente a experiência técnica de Portugal e o financiamento holandês para que a empresa colonizadora agrícola das terras brasileiras se

⁹ GREMAUD, Amaury Patrick. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 19.

¹⁰ Ibid., p. 20.

¹¹ FURTADO, 2007, p. 31.

¹² Ibid., p. 33.

¹³ Ibid., p. 34.

tornasse viável, estava presente também o problema da mão de obra, que foi resolvido pelos portugueses por terem um completo conhecimento do mercado africano de escravos. Releva-se, portanto, que houve uma série de fatores que sem os quais o desenvolvimento, a empresa não teria tido o êxito que alcançou.¹⁴

1.2 RAZÕES DO MONOPÓLIO E AS COLÔNIAS DE POVOAMENTO DO HEMISFÉRIO NORTE

Enquanto Portugal obteve grandes resultados financeiros com a colonização agrícola do Brasil e conseqüentemente perspectivas para a utilização econômica de novas terras, os espanhóis permaneceram extraindo metais preciosos e por ter pressão de adversários mantiveram-se limitados ao seu quinhão¹⁵, ocasionando fortes transformações estruturais no âmbito da economia espanhola, gerando uma inflação que se propagou por toda a Europa e por conseqüência, essa decadência econômica prejudicou intensamente suas colônias americanas.¹⁶

A falta de evolução espanhola de exportações agrícolas facilitou o êxito português, bem como a decadência da economia da Espanha, que se ocorreu através do precoce descobrimento dos metais preciosos.¹⁷

Já no século XVII surgiu uma poderosa economia concorrente no mercado de produtos tropicais, sendo este o principal acontecimento da história americana para o Brasil, sendo que de tal economia decorreu em boa parte do debilitamento da potência militar da Espanha (durante a primeira metade do século XVII), sendo que a preocupação dos novos núcleos coloniais referia-se à busca de artigos capazes de criar mercados em expansão.¹⁸

A colônia portuguesa obteve seu êxito por meio da produção de um artigo que tinha o mercado expandido, sendo que a busca de artigos que pudessem criar mercados em expansão trazia a preocupação de novos núcleos coloniais. Eram necessários artigos que fossem capazes de ser produzidos em propriedades

¹⁴ FURTADO, 2007, p. 35.

¹⁵ Ibid., p. 37.

¹⁶ Ibid., p. 38-39.

¹⁷ Ibid., p. 40-41.

¹⁸ Ibid., p. 49-50.

pequenas, pois sem essa condição o recrutamento de mão de obra não teria continuidade, assim, os núcleos situados no norte da América setentrional tiveram vários problemas para a criação de uma base econômica estável.¹⁹

1.3 CONSEQUÊNCIAS DA PENETRAÇÃO DO AÇÚCAR NAS ANTILHAS

Da perspectiva das companhias que estavam interessadas no comércio de novas colônias buscou a solução para a mão de obra, fazendo introdução à mão de obra africana escrava. Desta forma surgiu uma situação nova no mercado dos produtos tropicais, houve uma intensa concorrência entre as regiões que tinham como fonte de exploração a mão de obra escrava de grandes unidades produtivas e regiões de população europeia e de pequenas propriedades. Os baixos preços nos mercados internacionais acabaram criando sérias dificuldades às populações das Antilhas demonstrando a fragilidade do sistema de colonização presente naquelas regiões.²⁰

As estações experimentais das colônias de povoamento das Antilhas resultaram em uma produção de artigos de potencialidade econômica incerta, mudando assim o curso da colonização, intensificando a mão de obra escrava, por ser um negócio vantajoso, tendo relevante importância para o Brasil. Na primeira fase da colonização agrícola não portuguesa das terras americanas a característica era a de que ao Brasil estava implícito o monopólio da produção açucareira e às Antilhas cabia a produção dos demais produtos tropicais.

Mas sobre a forte pressão de fatores econômicos, a expulsão dos holandeses de forma definitiva da região nordeste do Brasil em fins da primeira metade do século XVII, fez com que eles se empenhassem em criar um importante núcleo produtor de açúcar fora do Brasil, colaborando assim com os franceses e ingleses que se encontravam nas Antilhas, ocupando novas terras e instalando a indústria por conta própria, gerando em menos de um decênio depois uma

¹⁹ FURTADO, 2007, p. 50.

²⁰ Ibid., p. 52.

economia açucareira com consideráveis proporções, pois detinham equipamentos totalmente novos e tinham uma localização geográfica mais favorável.²¹

Desta forma a valorização das terras gerada pela introdução da produção de açúcar agiu de forma a destruir o prematuro ensaio de colonização de povoamento das regiões tropicais da América.²²

A economia antilhana abriu inesperadas perspectivas no início da segunda metade do século XVII²³, cabe considerar que o açúcar desorganizou a produção agrícola de subsistência, tornando as ilhas em importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais estavam com excedente de produção de trigo, transformando-se na principal fonte de abastecimento das colônias açucareiras.²⁴

1.4 ENCERRAMENTO DA ETAPA COLONIAL

A segunda metade do século XVII é fixada pelo novo rumo tomado por Portugal como potência colonial²⁵, visto que realizou acordos com a Inglaterra para estruturar a aliança existente entre os dois países, marcando a vida política e econômica tanto de Portugal quanto do Brasil durante os dois próximos séculos.²⁶

Esses dois séculos seguintes baseavam-se no sentido de Portugal fazer concessões econômicas e a Inglaterra pagar com garantias ou promessas políticas, tais garantias não solucionaram o problema da decadência da colônia frente à desorganização do mercado do açúcar. Desta forma as dificuldades econômicas do reino agravaram-se, repetindo as desvalorizações monetárias, surgindo então a ideia de reconsiderar a política econômica do país.²⁷

Há um rápido desenvolvimento da produção de ouro no Brasil no primeiro decênio do século XVIII, modificando o problema, seus termos, configurando tal

²¹ Ibid., p. 53-54.

²² FURTADO, 2007, p. 55.

²³ Ibid., p. 56.

²⁴ Ibid., p. 57.

²⁵ Ibid., p. 63.

²⁶ Ibid., p. 64.

²⁷ Ibid., p. 65.

século como uma articulação do sistema econômico²⁸. A decadência da mineração do ouro no Brasil²⁹, fez com que a independência da América portuguesa se processasse de maneira peculiar, trazendo consequências no seu desenvolvimento.³⁰

O século XIX em sua primeira metade constitui um período de transição, consolidou a integridade territorial e firmou a independência política, também ocorre um aumento de importância do café, ampliando as relações mantidas com os EUA.³¹

A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas, conforme veremos em capítulo subsequente. Essas dificuldades econômicas, por um lado, reduzem a capacidade de ação do poder central e, por outro, devido ao descontentamento, criavam focos de desagregação territorial. É pela metade do século que ocorrem alguns fatos que permitirão consolidar definitivamente o país, e que marcarão o sentido de seu subsequente desenvolvimento. À medida que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Essa ligação e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência *vis-à-vis* da Inglaterra.

[...]

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constitui uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política.

A expansão cafeeira durante um período em que se modificam as bases do sistema econômico constituiu uma transição econômica, e dessas tensões internas surgirão elementos de um sistema econômico autônomo, possibilitando a geração de seu próprio impulso de crescimento, concluindo a etapa identificada como colonial da economia brasileira.³²

Como herança colonial temos:

²⁸ Ibid., p. 66.

²⁹ Ibid., p. 67.

³⁰ FURTADO, 2007, p. 69.

³¹ Ibid., p. 61.

³² Ibid., p. 71.

Quanto à estrutura da economia colonial – fundada em grande propriedade, monocultura e trabalho escravo –, também não é difícil identificar a herança colonial. Certamente, o trabalho escravo desaparece em 1888 e não é possível subestimar a importância dessa mudança. Também não devemos superestimá-la: como anotamos, o fim do escravismo não conduz de imediato (e em muitos casos nem até hoje) ao trabalho propriamente assalariado e a uma relação tipicamente capitalista no campo. Caio Prado Júnior chegava mesmo a referir-se aos remanescentes do escravismo quando observava essas formas “atrasadas” de relações de trabalho no campo. Certamente, tanto o fim do escravismo quanto a manutenção dessas relações “atrasadas” surgem como importantes elementos para a história do período republicano. É também evidente que a grande propriedade e monocultura se mantêm dominantes nas atividades exportadoras que, como afirmamos, continuam sendo as fundamentais no início do período republicano. Em particular, a permanência da grande propriedade como forma típica de apropriação da terra tem implicações importantes para o desenvolvimento brasileiro: afinal é por aí que se inicia a extrema concentração da riqueza e da renda que é reiterada pelo desenvolvimento brasileiro no século XX e que tornou o Brasil, no limiar do século XXI, um dos “campeões mundiais” em termos de pobreza e de desigualdade social. Ainda que haja um longo percurso do início da colonização até hoje, é inegável que este é talvez o mais amargo passivo que nos foi deixado pela herança colonial. Passivo que um século de história republicana não foi capaz de resgatar.³³

Desta forma, a percepção histórica do início da formação econômica do Brasil é determinante para a compreensão do que vai ser apresentado, pois a partir de tal entendimento verifica-se os pontos essenciais que marcaram e definiram o estilo da economia que se propagou no tempo, possibilitando o entendimento da figura do Brasil em âmbito internacional, geopolítico e sua potência como economia atual.

2 AS INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

A economia industrial tem o centro principal de suas atividades no campo da produção e por isso se distingue das economias comerciais, que tem o polo figurado no setor da circulação.

Para Celso Furtado:

Vimos que na economia industrial se alcança o aumento de produtividade através de modificações no próprio sistema de produção. O fruto desse

³³ GREMAUD, 1997, p. 36-37.

aumento de produtividade se concentra nas mãos dos organizadores da produção que são, evidentemente, aqueles que controlam o capital aplicado no processo produtivo. Nisto não existe nenhuma diferença com relação às organizações comerciais: os organizadores do comércio, que são proprietários dos navios de outras formas de capital aplicado nas atividades comerciais, também se apropriam do fruto do aumento de produtividade criado pelo comércio. A semelhança, entretanto, para por aí. Organizar o comércio significa mobilizar um número relativamente pequeno de pessoas, ao passo que toda tentativa no sentido de estabelecer controles diretos sobre a produção implica na arregimentação de uma numerosa mão-de-obra. No sistema de economia comercial, os mercadores levavam de um lugar para outro as riquezas produzidas e retinham, sob a forma de metais amoadados a parte que lhes cabia.

[...]

No momento que o empresário passa a controlar diretamente a produção o quadro geral tende a mudar. Surgindo as atividades industriais como transformação do sistema corporativo artesanal, que prevaleceu na época da economia comercial como mecanismo de defesa dos produtores contra os comerciantes, é nos próprios empórios comerciais que se formarão os primeiros centros manufatureiros.³⁴

A estrutura industrial do Brasil nos anos 1920 não se limitava somente aos bens de consumo correntes, mas também comportava uma certa diversificação, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial produzia-se cimento, ferro e aço, metal-mecânica, papel e celulose, produtos de borracha, química e farmacêutica, óleo de caroço de algodão, têxteis, carnes congeladas e industrializadas.³⁵

A partir da observação da indústria brasileira a partir de 1930 deve-se levar em consideração as críticas ao modelo de substituição de importações, que propõem novas interpretações que envolvem outras variáveis.³⁶

2.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

O Brasil tinha uma economia primário exportadora tradicional, bem como os demais países latino-americanos, e como todos eles faziam parte também da periferia dos centros dominantes, desta forma, seu processo de desenvolvimento era voltado para fora, ou seja, tinha seu dinamismo conjuntamente atrelado ao

³⁴ FURTADO, 1954, p. 35.

³⁵ GREMAUD, 1997, p. 135.

³⁶ Ibid., p. 135.

crescimento da demanda de seus produtos de exportação, pelo interesse das economias líderes.³⁷

O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina pode ser mencionado acerca das transformações do modelo de desenvolvimento na América Latina que se releva as características do modelo exportador, levando em consideração que os pontos principais do modelo tradicional de desenvolvimento de nossas economias “para fora” deixará o contraste entre esse e o modelo recente de desenvolvimento mais perceptível.³⁸

As duas variáveis básicas do setor externo nas economias primário-exportadoras são as exportações como uma variável exógena e as importações como fonte flexível de suprimento dos tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parcela da demanda interna.³⁹

Em comparação com o sistema Europeu e o que ocorre na América Latina, no caso das economias centrais no processo de desenvolvimento europeu, caso das economias centrais, não havia responsabilidade exclusiva pelo crescimento da economia, pois o investimento autônomo estava acompanhado de inovações tecnológicas, desta forma houve o aproveitamento de duas variáveis, externa e interna, tornando proveitosas as oportunidades do mercado exterior e a diversificação e integração da capacidade produtiva interna. No caso da América Latina a difusão da atividade exportadora em relação ao espaço econômico dos países tinha dependência com a natureza do processo produtivo de bens primários e do maior ou menor efeito seja multiplicador ou distribuidor de renda.⁴⁰

Releva-se que a atividade industrial realizada de forma reduzida somada ao setor agrícola de subsistência não eram suficientes para que a atividade interna tivesse um dinamismo próprio, de modo que o crescimento econômico estava ligado

³⁷ TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010, p. 69.

³⁸ TAVARES, 2010, p. 41.

³⁹ TAVARES, loc. cit.

⁴⁰ Ibid., p. 41-42.

com o que ocorria no âmbito externo da demanda de produtos primários, tornando o caráter de nossas economias dependente e reflexo.⁴¹

Frente às importações nas nossas economias, elas cobriam faixas inteiras de bens de consumo terminados e quase o total de bens de capital necessários ao processo de investimento, sendo assim, a função do setor externo como uma forma de mecanismo de ajuste entre estruturas apresenta-se com um caráter diverso, responsável em grande parte por mudar o modelo de desenvolvimento.⁴²

Desta forma, como se visualiza nos países desenvolvidos não existe uma separação clara entre capacidade produtiva com destinação a atender os mercados interno e externo, ou seja, não se pode distinguir um setor que seja propriamente exportador, pois as manufaturas produzidas são consumidas e exportadas, sendo que na América Latina na maioria de seus países ocorre uma divisão perceptível em relação ao trabalho social entre setores interno e externo da economia⁴³, assim:

[...] para a maioria dos países da América Latina, há uma divisão nítida do trabalho social, entre os setores externo e interno da economia. O setor exportador era (e continua sendo) um setor bem definido da economia, geralmente de alta rentabilidade econômica, especializado em um ou poucos produtos dos quais apenas uma parcela reduzida é consumida internamente. Já o setor interno, de baixa produtividade, era basicamente de subsistência, e somente satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário e habitação da parcela da população monetariamente incorporada aos mercados consumidores. Por outro lado, a alta concentração de propriedade dos recursos naturais e do capital, sobretudo no setor mais produtivo, o exportador, dava lugar a uma distribuição de renda extremamente desigual.⁴⁴

Portanto, face a esse divisão de trabalho com uma desigualdade acentuada acerca da distribuição pessoal da Renda verifica-se a base da disparidade entre estrutura da produção e composição da demanda interna, sendo que o ajuste ocorria por meio do mecanismo do comércio exterior, sendo esta a característica mais

⁴¹ Ibid., p. 42.

⁴² TAVARES, 2010, p. 42.

⁴³ Ibid., p. 43.

⁴⁴ TAVARES, loc. cit.

relevante do modelo primário-exportador para entender a mudança que ocorreu seguinte à crise.⁴⁵

Sobre a quebra do modelo tradicional e a passagem a um novo modelo deve ser considerado o período de 1914 a 1945, em que as economias latino-americanas se abalaram por crises ocasionadas no comércio exterior, sendo que a crise dos anos trinta se sobressalta como o ponto crítico da ruptura do modelo primário-exportador em seu funcionamento.⁴⁶

Ainda que o impacto que ocorreu sobre o setor externo das nossas economias seja denominado violento não se compara com a depressão prolongada sofrida pelas economias desenvolvidas, de forma que o desequilíbrio externo levou os governantes a realizar várias medidas com tendência a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional, tais medidas restringiam e controlavam as importações, a elevação da taxa de câmbio e a compra de excedentes ou financiamento de estoque, para que assim fosse estimulada a atividade interna. Iniciou-se então um processo de industrialização baseado na renda interna.⁴⁷

A natureza e evolução do estrangulamento externo constituíram-se pela perda do dinamismo do setor externo, deve ser ressaltado que existem duas formas principais em que o estrangulamento exterior se manifesta, uma de caráter “absoluto” (capacidade para importar declinante ou estancada) e outra de caráter “relativo” (capacidade para importar que cresce de forma lenta e inferior ao do produto).⁴⁸

O estrangulamento do setor externo mais o concomitante processo de substituição das importações geraram uma diminuição do coeficiente geral de importações nas economias da América Latina, para que fique mais claro é interessante distinguir diferentes períodos que marcam as características destas relações.⁴⁹

Assim, pode-se observar que:

⁴⁵ TAVARES, loc. cit.

⁴⁶ Ibid., p. 44.

⁴⁷ TAVARES, 2010, p. 44.

⁴⁸ Ibid., p. 48.

⁴⁹ Ibid., p. 47.

O primeiro período, que vai desde a grande crise até o fim da Segunda Guerra Mundial, transcorreu com reduções severas globais ou específicas da capacidade de importar em diversas conjunturas. Por conseguinte, trata-se de um período em que as restrições do setor externo tiveram um caráter “absoluto”, o que exigiu um esforço de substituição bastante acentuado em quase todos os países da região, traduzido por uma baixa considerável do coeficiente geral de importações. Esta primeira fase se caracterizou, sobretudo, pela substituição dos bens não duráveis de consumo final. Em alguns países menores, entre os quais se encontra o Brasil, segundo veremos, avançou-se até a categoria dos produtos intermediários e dos bens de capital.

O segundo período, que abrange o primeiro decênio depois da guerra, transcorreu em condições de menores limitações da capacidade para importar. O crescimento do poder de compra das exportações, se bem que insuficiente para restituir ao setor externo o seu peso relativo, permitiu, no entanto um aumento considerável do dinamismo da economia, uma vez que se conjugava a expansão da atividade interna com uma melhoria das condições do setor exportador.⁵⁰

Na realidade, durante esse período, para a maior parte dos países da América Latina, a orientação do crescimento voltou a ser mais “para fora” do que “para dentro”, pois repousou em maior grau na melhoria do poder de compra das exportações do que na substituição de importações. Para alguns poucos países, no entanto, como, por exemplo, o Brasil, houve realmente o aproveitamento dessa situação relativamente favorável do setor externo para expandir o processo de industrialização. Assim, “o processo de substituição” avançou consideravelmente, entrando nas faixas de bens de consumo duráveis, e continuando, em algumas faixas de produtos intermediários e bens de capital.⁵¹

Esse segundo período foi o de maior crescimento da América Latina em seu conjunto. Já a partir de 1954 foi o ponto de partida para que as condições externas voltassem a ser mais restritivas, excetuando os países petrolíferos, e também para que a capacidade para importar da região se inclinasse à estagnação. Neste período só o Brasil e o México puderam continuar a expansão industrial em um ritmo considerável.⁵²

As diversas acepções do termo “substituição de importações” ocorre por esse termo ser empregado diversas vezes em acepção simples e literal de modo a

⁵⁰ TAVARES, 2010, p. 48.

⁵¹ TAVARES, loc. cit.

⁵² TAVARES, loc. cit.

significar diminuição ou desaparecimento de certas importações substituídas pela produção interna, possibilitando um entendimento errôneo da dinâmica do referido processo.⁵³

O processo de substituição não tem como premissa diminuir o *quantum* de importação global, pois essa diminuição ocorre através da imposição de restrições do setor externo. Acerca dessas restrições, sejam elas absolutas ou relativas, surge à necessidade da produção interna de alguns bens que antes eram importados, gerando a importação de outros bens acarretando um aumento de demanda derivada por importações de bens de capital e produtos intermediários que podem dar resultado em uma dependência maior do exterior se comparada às primeiras fases do processo de substituição.⁵⁴

De acordo com Maria de Conceição Tavares:

[...] é necessário não esquecer o caso bastante óbvio, mas nem por isso sempre compreendido, de que a substituição “real ou efetiva” é geralmente muito menor do que a “aparente” que se visualiza pela diminuição de certas importações na pauta. Assim, por exemplo, quando se substituem produtos finais, aumenta, em consequência, a demanda por insumos básicos e produtos intermediários (nem todos necessariamente produzidos no país), pagam-se serviços técnicos e de capital etc. No fundo, a produção de um determinado bem apenas “substitui” uma parte do valor agregado que antes se gerava fora da economia. Como já foi mencionado, isso pode aumentar em termos dinâmicos a demanda derivada de importações em um grau superior à economia de divisas que se obteve com a produção substitutiva.⁵⁵

Acerca da dinâmica do processo de substituição de importações atribuiu-se respostas aos sucessivos desafios trazidos pelo estrangulamento do setor externo, por meio dos quais a economia se torna menos dependente do exterior, mudando a natureza dessa dependência.⁵⁶

Em resposta aos desafios do desequilíbrio externo, em princípio, satisfaz-se a demanda interna existente expandindo a oferta interna pela maior utilização da capacidade produtiva já instalada através da produção de bens e serviços parcialmente independentes do setor externo e pela instalação de unidades

⁵³ Ibid., p. 49.

⁵⁴ TAVARES, 2010, p. 49.

⁵⁵ Ibid., p. 50-51.

⁵⁶ Ibid., p. 51.

produtivas substituidoras de bens que antes eram importados. Desta forma ocorre a contradição interna do processo entre sua finalidade (crescimento do produto) e limitações da capacidade para importar. Assim se torna necessário comprimir certas importações menos essenciais para que as divisas indispensáveis à instalação e operação das novas unidades produtivas fossem liberadas.⁵⁷

As modificações na estrutura de importações e a mecânica da substituição são refletidas na orientação da atividade interna, por meio da diminuição da participação na pauta dos bens de consumo final e pelo aumento da participação dos produtos intermediários, de maneira que a modificação na composição das importações ocorre dentro de cada grupo de forma mais rápida ou acelerada conforme o processo de substituição.⁵⁸

O modelo de substituição de importações torna quase impossível que o processo de industrialização ocorra baseado no vértice da pirâmide produtiva (bens de consumo menos elaborados para bens de capital), necessita-se que a construção seja realizada simultaneamente mudando o grau de concentração em cada um dos períodos.⁵⁹

As condicionantes internas do processo estão voltadas “para dentro”, ou seja, os condicionamentos que surgem ao processo resultado de algumas de suas limitações internas, nesse sentido é possível mencionar três ordens de fatores que se transformam em problemas com a continuação do desenvolvimento econômico por meio de substituição de importações, causas das deformações que o processo historicamente apresentou em nossos países. Essas três ordens são: a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos.⁶⁰

Sobre as críticas ao processo de industrialização da América Latina, leva-se em consideração que a industrialização tem conduzido a uma insuficiente absorção da força de trabalho e também a uma estrutura de mercado escassa nos termos competitivos, com custos de produção elevados, mantendo uma distribuição de

⁵⁷ Ibid., p. 52.

⁵⁸ TAVARES, 2010, p. 53-54.

⁵⁹ Ibid., p. 55.

⁶⁰ Ibid., p. 56-57.

rendas desigual. Há um consenso de que a ocorrência disso ocasionou-se pela falta de medidas adequadas de política econômica.⁶¹

Em relação ao problema dos altos custos e da falta de competição percebe-se que:

O problema de custos tem sido, em geral, mal colocado, em termos de custos internos *versus* externos. De fato, sua relevância, do ponto de vista nacional, reside, sobretudo, em questões de natureza macroeconômica, quais sejam o desperdício de recursos escassos e o mau aproveitamento de recursos abundantes nas economias latino-americanas. Encarado o problema dos custos relativos por este ângulo, chegar-se-ia à necessidade de realizar cálculo de economicidade, considerando esta como uma relação macroeconômica que levasse em conta os lucros e custos sociais. Quando se aborda, porém, o problema à luz do comércio internacional, necessariamente prevalece o aspecto microeconômico, uma vez que o que se tem em vista, em última análise, é o confronto dos preços internos com os preços internacionais vigentes. No entanto, mesmo neste caso, afirmar que a falta de competição é responsável pelos altos custos internos e que estes, por sua vez, impedem a entrada dos nossos produtos manufaturados no mercado internacional parece-nos uma colocação bastante insatisfatória do problema. Embora pareça paradoxal, a verdade é que se poderia sustentar que, dadas as economias de escala que se pudessem efetivar, seria recomendável que em certos setores existisse um maior grau de concentração e mesmo o monopólio.⁶²

O problema do emprego aparece ressaltando que nos últimos anos a taxa de emprego tem crescido menos do que a população, o que ocorre tanto pelo crescimento explosivo da população quanto à tecnologia de alta densidade de capital adotada nos ramos industriais modernizados. Para contrabalancear isso seria necessário absorver os excedentes populacionais no setor de serviços ou nos programas de obras públicas, já no setor de construções governamentais a tecnologia adotada também tem sido poupadora de mão de obra. Para solucionar isso é necessário que o investimento governamental se oriente no sentido de emprego de mão de obra, outra forma é que seja realizado no setor primário uma reforma agrária conjugando de maneira abundante o fator terra com o fator trabalho, de modo a aumentar a produtividade por meio da melhoria do uso da terra.⁶³

O planejamento torna-se cada vez mais necessário à medida que o processo avança e ao ponto de vista da continuidade do processo de industrialização pode se

⁶¹ Ibid., p. 57.

⁶² TAVARES, 2010, p. 62-63.

⁶³ Ibid., p. 63-64.

mencionar outros elementos que devem ser levados em consideração como, por exemplo, a existência de outros recursos escassos e o nexu estratégico que existe entre os elos do processo produtivo. Desta forma o planejamento dos investimentos públicos e privados aparece como figura indispensável, visando que o processo não conduza a um agravamento da dualidade estrutural básica das economias latino-americanas.⁶⁴

Conforme o exposto verifica-se que:

A Grande Depressão que atingiu a economia mundial na década de 1930 é considerada o marco fundamental no processo de consolidação da produção industrial brasileira e mesmo latino-americana. Embora o início do processo de industrialização brasileira remonte às últimas décadas do século XIX, a indústria só viria a se tornar o fator determinante da dinâmica econômica na década de 1930. Somente após a crise econômica mundial, o café deixou de ser o produto determinante dos destinos da economia brasileira. Por décadas, o país ainda continuou a ter uma produção agrícola superior à industrial. Somente em 1956, a situação se inverteria. Na pauta de exportações, a superação se daria apenas no início da década de 1970. A literatura sobre a industrialização brasileira sintetizou este rico processo histórico na expressão *processo de industrialização por substituição de importações* (ou *PSI*).⁶⁵

Ocorre então uma mudança na pauta de importações, ou seja, reduz-se a participação de bens de consumo final e aumenta-se a de produtos intermediários, aumenta também a relação entre capital e produto, reduzindo-se a eficiência dos investimentos e, conforme o processo avança, surgem itens de elevado conteúdo tecnológico, mais difíceis de serem produzidos internamente.⁶⁶

Passa-se, agora, a trazer a relevância do Brasil na inserção internacional do Brasil. Analisa-se ainda a figura do Brasil nas funções da importação e exportação, no processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina.

3 INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA

⁶⁴ Ibid., p. 64-65.

⁶⁵ GIAMBIAGI, Fabio. (Org.) et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 144.

⁶⁶ **Inserção internacional brasileira: temas de política externa/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Livro 3, v. 1. Brasília: Ipea, 2010, p. 64-65.

Em novembro de 1989 uma multidão toma o muro de Berlim e inicia sua destruição simbólica⁶⁷. Dois desenvolvimentos marcaram a política internacional na quadra histórica após a Guerra Fria, o primeiro faz referência à centralidade que foi atribuída ao tema dos direitos humanos na condução da política externa dos países centrais, o que surge de novo disso pelo fim da Guerra Fria é a disposição de empregar poder coercitivo frente às graves violações dos direitos humanos, de preferência com a autorização da ONU.⁶⁸

Outro elemento se configura pela forte tonalidade moral incorporada no discurso político, como no caso das organizações não governamentais (ONGs) e grupos ativistas exigindo ações efetivas de seus governos. A mídia operou como elemento articulador da opinião pública.⁶⁹

O segundo desenvolvimento marcou-se com o impacto da dissolução da política de blocos no debate sobre segurança internacional, pois o mundo que saía da Guerra Fria não podia se considerar salvo de ameaças. Tinham as ameaças antigas, outras pouco tradicionais, e outra forma de violência organizada que teve grande impacto no mundo pós-Guerra Fria foi o terrorismo transnacional.⁷⁰

Via-se alterada a definição dos referentes da segurança, não se tratava mais em garantir a segurança do Estado, mas sim das coletividades e os indivíduos que as compõem, protegendo-os de variadas ameaças inclusive de seus próprios Estados, modificando a dimensão militar e a noção no que diz respeito à natureza das relações entre os atores do universo⁷¹. Recai, portanto, ênfase na cooperação necessária à resolução de problemas comuns, ou seja, ao invés de defesa nacional invoca-se a defesa cooperativa.⁷²

Por fim, cabe dar relevância às modulações da grande estratégia dos Estados Unidos da América e a distribuição de poder no sistema internacional, pois de acordo com Barry Posen a partir do fim da Guerra Fria pode ser verificado que o estado das políticas exteriores americanas tem se convergido para uma grande estratégia bastante ativista para os EUA. Nesse sentido, essa grande estratégia se

⁶⁷ Ibid., p. 36.

⁶⁸ Ibid., p. 37.

⁶⁹ Inserção internacional brasileira, 2010, p. 38.

⁷⁰ Ibid., p. 39-40.

⁷¹ Ibid., p. 40-41.

⁷² Ibid., p. 42.

configura em duas faces, o projeto de globalização neoliberal e também a estratégia de segurança baseada no conceito de primazia.⁷³

É possível verificar também uma mudança na postura do governo dos EUA e também de organismos internacionais frente à agonia de países vitimados por grandes crises financeiras. O governo Bush possui grande relevância e dá sequência aos entendimentos que visavam à celebração de acordos de livre comércio.⁷⁴

O ano de 2008 teve destaque ao ser realizado o balanço do cenário internacional, sendo importante considerar três acontecimentos, o primeiro é a crise financeira global, o segundo foi o malogro oficializado da Rodada Doha, configurado pelo processo de negociação comercial que vinha ocorrendo desde 2001, o terceiro fato configurou-se com a reação vigorosa da Rússia ao ataque do exército georgiano em agosto de 2008 à província separatista da Ossétia do Sul (operação militar).⁷⁵

Surgiram inúmeras dúvidas, sendo que o objetivo não é examinar profundamente cada um dos acontecimentos mencionados, mas esboçar um quadro interpretativo sobre o contexto geral em que eles ocorreram.⁷⁶

Pode-se falar em uma nova ordem, ou seja, em transformações na economia mundial, visto que o sistema internacional foi comovido por dois macroprocessos sendo que o primeiro faz referência à crise e reestruturação da economia mundial e o segundo a dissolução do bloco socialista e também ao fim da lógica política que era ditada pela bipolaridade. Ambos os processos, cada um em sua especificidade, foram marcados em pontos determinados do tempo por acontecimentos dramáticos (transformação econômica – choques do petróleo em 1973 e 1979; grande elevação da taxa básica de juros nos EUA em 1979; mudança no quadro geopolítico; onda de contestação na Europa Central e Oriental ocasionando a derrocada do Estado Soviético em 1991).⁷⁷

As mudanças parciais e fragmentárias tiveram mais importância do que esses fatos emblemáticos, formando, em sua combinação, os dois processos em questão.

⁷³ Ibid., p. 56.

⁷⁴ Inserção internacional brasileira, 2010, p. 62-63.

⁷⁵ Ibid., p. 23-24.

⁷⁶ Ibid., p. 25.

⁷⁷ Inserção internacional brasileira, loc. cit.

Sobre as transformações na economia mundial desde o início da década de 70 a economia mundial passa por um período de grande reestruturação, no sentido de que relações de cooperação e conflito entre empresas e nações atravessam uma drástica redefinição, principalmente com a transformação advinda da tecnologia, pois seus avanços têm desencadeado importantes mudanças desde a forma de organização até nas pautas de comportamento, alterando estruturas de mercado e fatores tradicionais de vantagens comparativas.⁷⁸

As tecnologias mais recentes criam um novo ímpeto à internacionalização do capital. Porém a mudança tecnológica não explica sozinha importantes desenvolvimentos (fronteiras internacionais diluídas; mercados interpenetrados; concorrência condicionada à evolução de disputas travadas; rivalidades perseguidas em termos globais) e nem eles se esgotam no processo de reestruturação. Frisa-se o conjunto de regularidades que conferem aos capitalismo centrais uma fisionomia própria, assegurando um dinamismo por quase 30 anos, depois da Segunda Grande Guerra. Destaca-se dessa crise a perda relativa de competitividade da indústria americana, gerando vários desequilíbrios monetários entre 1960 e 1970.⁷⁹

Releva-se ainda que a política do governo norte-americano para a crise da dívida externa ajudava o cartel dos bancos de maneira informal, fortalecendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e insistia na retórica da não intervenção frente à tentativa de negociação política das dívidas dos devedores. Sobre a política comercial a administração republicana apostava no propósito de forçar uma liberação dos mercados internacionais de bens e serviços, pela ação multilateral pela abertura da rodada de negociações no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).⁸⁰

Da aprovação da Lei de Comércio e Tarifa de 1984 o Executivo ganhou autorização para a abertura de nova rodada de negociação no GATT, o Executivo passou também a contar um poderoso instrumento para combater o que viesse a considerar práticas desleais de comércio a partir da conduta de seus parceiros.⁸¹

⁷⁸ Inserção internacional brasileira, 2010, p. 25-26.

⁷⁹ Ibid., p. 26-27.

⁸⁰ Ibid., p. 28-29.

⁸¹ Ibid., p. 29.

CONCLUSÃO

A partir do que foi construído é possível compreender que o desenvolvimento da América Latina se comparada com a América do Norte se difere pelo fomento das economias familiares no segundo caso, e em relação ao Brasil pela ampla utilização das terras para a elaboração de um só produto em larga escala, por exemplo, a era do açúcar e do café.

A substituição de importações aparece como modelo de desenvolvimento na América Latina, de modo que as acepções desse termo surgem diversas vezes em acepção literal significando a diminuição ou o desaparecimento de certas importações substituídas pela produção interna.

Cabe ainda considerar as mudanças tecnológicas, as estratégias dos EUA frente à distribuição de poder no sistema internacional, como, por exemplo, o projeto de globalização neoliberal e também a estratégia de segurança baseada no conceito de primazia, principalmente no período pós-Guerra Fria, momento fragilizado, situação preocupada com a segurança nacional mudando o foco de proteção, alterando a definição dos referentes da segurança, não se visava mais assegurar a segurança do Estado, mas sim a da coletividade e dos indivíduos.

Por fim, identifica-se a introdução do Brasil no âmbito do comércio internacional no sentido de ser exportador de matéria prima e importador do produto final, o que acabou determinando sua grande característica de comércio e também de suas relações geopolíticas, ressaltando sua característica de ser um país voltado para suas relações exteriores, ressaltando que as modificações na estrutura de importações e a mecânica da substituição são refletidas na orientação da atividade interna.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1954.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio. (Org.). et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

Inserção internacional brasileira: temas de política externa/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Livro 3, v. 1. Brasília: Ipea, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.